

As perspectivas do Plano Real

Passada a eleição, com a vitória obtida pelo plano, começam a ficar claras as implicações da política neoliberal que ele implantou no país

Vânia Bambirra*

O plano de estabilização econômica do governo Itamar Franco, concebido pelo seu então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e sua equipe técnica, tinha dois objetivos interligados: ganhar a eleição presidencial e consolidar a política neoliberal preconizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O primeiro objetivo foi facilmente alcançado, pois dispôs-se do apoio maciço da mídia e dos recursos econômicos do grande capital nacional e internacional, para uma campanha que começou desde o dia em que foi anunciada a indicação do futuro presidente para o Ministério da Fazenda. Além disso, o plano foi inteligentemente subdividido em três etapas sucessivas. O Plano Social de Emergência, apresentado ao Congresso Nacional somente após sete meses de gestão ministerial do futuro candidato; a Medida Provisória que criou a URV um pouco depois; e, finalmente, a que criou o Real, no final de junho, em plena campanha eleitoral. Assim, ganhou-se tempo, postergou-se a parte amarga para que a política econômica antipopular não mostrasse a sua cara feia, a sua realidade, antes do dia 3 de outubro.

Em três meses o imaginário popular de que dias melhores virão foi aguçado por uma intensa publicidade da nova moeda, aliada

ao seu mentor, que utilizou sem escrúpulos a máquina governamental, como ficou comprovado pelo patético depoimento parabólico do então ministro Rubens Ricupero. Fernando Henrique Cardoso, que sequer conseguiu eleger-se prefeito por São Paulo e deixou o seu cargo de ministro com uma hiperinflação de 67% ao mês, foi um produto forjado para ganhar.

Por que, além do poderoso desempenho da mídia, conseguiu despertar o imaginário popular? Por que o povo vo-

tu nele se o salário mínimo passou a ter um valor real de apenas 22,38 no Plano Real, comparado com o valor de 1940 quando foi instituído por Getúlio Vargas?

Como explicar a aceitação do plano, se os preços ficaram livres e a espiral de altas chegou a atingir em junho uma variação de 300 até 700%, possibilitando um confisco salarial por via dos aumentos? Mais ainda: nos primeiros dois meses posteriores à implantação do Real houve uma inflação de 12%. E os salários ficarão arrojados até a data-base, além de já se cogitar a supressão do artigo da Medida Provisória em que consta a indexação na data básica. Decidiu-se também alterar a metodologia utilizada na fixação dos índices de aumento do custo de vida, retirando matreiramente os aumentos sazonais.

Temor de nova inflação – Apesar disso, a população de baixa renda, que compõe a maioria absoluta dos eleitores, deixou-se levar pelo canto da sereia de uma estabilização monetária perdurável e não conseguiu vislumbrar as suas seqüelas dramáticas. A explicação é simples: a inflação, que apenas beneficia os especuladores e particularmente o sistema financeiro, é um terror para os carentes, os assalariados, os aposentados e pensionistas, além de agravar o desemprego. Por isso FHC foi apoiado por todos esses setores.



A inflação e um terror para os assalariados e aposentados, que por isso apoiaram Fernando Henrique

Foto: Cedoc



Foto: André Louzeiro

Apesar da oposição de setores nacionalistas, demonstrada na venda da Usiminas em outubro de 91 (foto), as privatizações deverão ser ampliadas no governo FHC

Ao garantir que faria a estabilização monetária perdurável, obtendo também o apoio do empresariado, Fernando Henrique transformou-se em um homem de confiança para enfrentar Lula e Brizola.

A estabilização poderá consolidar-se? A médio prazo é possível que sim, como a maior parte dos países da América Latina, mas a um custo social altíssimo. O núcleo central da doutrina neoliberal reside na diminuição do papel do Estado, vale dizer:

a) *na venda das estatais* para empresas sobretudo estrangeiras e nacionais associadas ao grande capital (o relatório final da CPI das Privatizações demonstrou como as mesmas foram subavaliadas, ou seja, vendidas a preço vil e em troca de moedas podres). Para isso foi aprovada uma Medida Provisória pelo Congresso, que eleva a participação do capital estrangeiro de 40% para 100%, com o apoio da bancada do PT;

b) *na internacionalização e desregulamentação da economia*, o que significa o fim de qualquer protecionismo (obediência irrestrita às resoluções do Gatt, como lei de patentes etc.) e o escancaramento para a penetração do capital estrangeiro;

c) *no arrocho salarial* baseado apenas na livre negociação entre patrões e empregados, retirando do Estado a função de mediador deixando os trabalha-

dores desamparados em uma época em que a revolução científica e tecnológica acelera a tendência da substituição do trabalho humano por máquinas, impondo o desemprego estrutural;

d) *na economia de livre mercado* sem nenhuma regulamentação estatal, por exemplo, no controle de preços. O único mecanismo de controle passa a ser a baixa das alíquotas para importação de produtos que concorrem com a indústria e a agropecuária nacionais. Desta forma, ambas são levadas a uma situação crítica que, no caso da indústria, além da falência, é um estímulo à associação com multinacionais e, no da agricultura, a uma pressão constante sobre o governo para a obtenção de créditos subsidiados. Essa política representa mais um agravante para o desemprego e a miséria, que não pode ser remediada apenas com campanhas caritativas contra a fome, mas com a implementação de reformas sociais profundas (como a agrária, única forma de criação de empregos permanentes e a baixo custo, não para milhares mas para milhões de pessoas). Nesse sentido o programa FHC é pífio ao propor apenas 280.000 assentamentos;

e) *na paridade do real com o dólar*, ou na artificialidade do real com valor superior, o que viabiliza as exportações devido ao seu encaimento frente aos preços do mercado internacional. Isso

A venda de estatais é uma das premissas básicas do neoliberalismo, repassando o controle de serviços estratégicos para empresas estrangeiras ou nacionais associadas ao grande capital

leva ao desbaratamento dos recursos do Tesouro Nacional e à quebra das indústrias nacionais, agravando mais ainda o desemprego e caracterizando de forma contundente o caráter entreguista do plano;

f) *na manutenção de altas taxas de juros* — que são inconstitucionais e que estão bem além da inflação — para aplicações financeiras e especulativas. Essas taxas são as mais rentáveis do mundo e aceleram a concentração de renda, também uma das maiores do globo, levando o país à recessão, agravando o desemprego, e gerando, de novo, a espiral inflacionária. Por outro lado, os juros no crédito direto ao consumidor são extorsivos, cerca de 10% ao mês.

g) *finalmente, a proposta de liquidar o déficit público agravando mais ainda a dívida social*. O Fundo Social de Emergência abocanhó recursos de cerca de US\$ 14 bilhões da saúde e da educação para pagamento apenas dos juros da dívida interna. O pagamento dessa e da dívida externa chegou a 53% do orçamento de 1994. Os recursos para o pagamento da dívida externa são intocáveis, pois não podem ser emendados pelos congressistas. Dessa maneira, o Estado tem de cortar radicalmente os investimentos sociais em obras públicas, deixando a população desassistida, sem moradias, saneamento básico, sem manutenção das redes viárias, sem

Alunos residentes

educação, sem saúde, desempregada e o país sem investimento no desenvolvimento científico e tecnológico.

O preço da estabilização – O ímpeto neoliberal de privatizar as empresas estatais estratégicas (como a Petrobrás, Telebrás, Eletrobrás, a Previdência Social, a Vale do Rio Doce, o Banco Central e o Banco do Brasil, e a liquidação do preceito constitucional de “empresa brasileira de capital nacional”, para que as multinacionais possam atuar, sem subterfúgios, na extração das imensas riquezas minerais, tem como finalidade promover negociações fantásticas para o capital estrangeiro e seus sócios menores e desbaratar o patrimônio nacional para o pagamento da dívida interna e externa, condição da manutenção da aventureira estabilização monetária que o Plano Real almeja lograr.

A criação do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária pela Medida Provisória do Real, que sequer preconiza uma consulta ao Congresso Nacional, faculta ao governo a venda de ações de qualquer estatal. Isso provocará a chamada “flexibilização” das mesmas, segundo FHC. Vale dizer: trata-se de uma escamoteação da privatização generalizada que a maioria da população não é capaz de entender.

As perspectivas do Plano Real são essas. No seu conjunto, conduzirão ao

aprofundamento da dependência do sistema capitalista vigente no Brasil às grandes potências mundiais, em particular aos Estados Unidos.

O resultado da política neoliberal implementada na América Latina é contundente: a inflação foi contida mas a quebra de empresas levou ao aumento intenso do desemprego, a economia informal se expandiu, diminuindo a arrecadação fiscal, a classe média empobrecceu, a miséria se generalizou e seu subproduto, a violência e a insegurança,

A implantação da doutrina econômica neoliberal em países da América Latina causou o aumento do desemprego, da miséria e dos conflitos sociais

prenciam tensões e até guerras civis generalizadas. É só uma questão de tempo. Mas em nenhum dos países latino-americanos esse modelo foi implantado em vésperas das eleições, como um estelionato eleitoral. Talvez por isso, a versão brasileira tenha uma duração menor e suas consequências dramáticas conduzam à insurgência social a médio prazo. Afinal, no México demorou mais de uma década para que fosse desencadeada a guerrilha de Chiapas, e na Argentina as manifestações em Santiago del Estero foram manifestações isoladas; mas no Uruguai, mais de 70% dos eleitores rejeitaram, em plebiscito, o projeto de privatizações. Apenas na Venezuela, o “Caracaço” explodiu pouco tempo depois da posse de Carlos Andrés Pérez, que tratava de acelerar a política neoliberal e, em seguida, ocorreram duas tentativas de golpe, com apoio popular contra as mesmas. No Peru, Fujimori teve de dar um golpe e fechou o Congresso para poder impor a política do FMI. Com um certo apoio popular devido ao mau conceito dos políticos. Mas o neoliberalismo está em decadência no continente e é nesse momento que o nosso país envereda de maneira ortodoxa em tal política.

Paradoxalmente, no Brasil, Fernando Henrique Cardoso, um dos mais destacados elaboradores da teoria da dependência, foi o designado para conduzir o seu aprofundamento e intensificação. Para isso, renegou tudo que havia formulado no passado, mudando radicalmente de banda, aos 62 anos de idade. Nem precisava proclamar: “esqueçam tudo que escrevi”.

O povo não votou em Fernando Henrique Cardoso, um senador e intelectual de elite pouco conhecido nacionalmente. Votou no Real, ou melhor, não votou propriamente no Real, e sim no imaginário do Real. Porém, “a verdade é sempre concreta”; “a prática é o critério da verdade”. Somente ela desvendará a cortina de fumaça que envolveu o sonho de milhões de brasileiros.

Foto: Cedoc



A livre negociação salarial pode prejudicar os trabalhadores, diante da tendência da redução do número de vagas causada pelo aumento do nível de mecanização das fábricas

* Vânia Bambirra é socióloga